

MENTALIDADES ACADÊMICAS: COTIDIANO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NUMA PERSPECTIVA COMPARADA (BRASIL E ITÁLIA)¹

Plínio Freixe Gomes*

Pus-me então a examinar a sabedoria, a tolice e a insensatez (...) O sábio tem os olhos abertos, o insensato caminha nas trevas. Porém compreendi que ambos terão a mesma sorte.

Eclesiastes, 2: 12 e 14

Confesso que, quando me convidaram para falar a vocês, sofri o que os italianos chamam de *l'imbarazzo della scelta* (o embaraço da escolha). Ao perguntar qual assunto devia orientar minha fala, responderam-me:

- Total liberdade. Se quiser, fale-nos sobre “as mulheres que amei”.

Tal tema é certamente mais excitante, inquietante e trágico do que aquele que tratarei aqui. Mas, uma vez que estamos num veículo acadêmico, optei por cumprir seus ritos.

Isto me leva ao ensaio “Ciência como Prática”, onde o antropólogo Paul Rabinow descreve uma conferência internacional na qual participou em 1990. Organizada no complexo pós-moderno de La Villette (Paris), a cerimônia se iniciou com as saudações habituais. Em poucos minutos, conferencistas, comentadores e público foram tomados por um tédio mortal. À medida que os apresentadores iam superando seu limite de tempo, Rabinow se dedicava a ponderar se eles o faziam:

- a) com estudada arrogância;
- b) por serem sinceramente despreparados e desorganizados; ou
- c) para se exercitarem numa *performance* pós-moderna do tipo:

¹ Conferência apresentada em setembro de 1999, por ocasião da abertura do curso de Pós-Graduação do Depto. de História da Universidade Estadual de Maringá. Este texto se beneficiou de conversas que tive com vários colegas e amigos italianos. Em particular, quero exprimir meu agradecimento *di cuore* a Francesca Dello Strologo, Leone Niglia e Matteo Duni.

* Doutorando em História, Dip.to Storia e Civiltà, Istituto Universitario Europeo, Firenze, Itália.

“Não importa onde início ou termino esta comunicação. Continuarei lendo até que alguém me interrompa ou simplesmente até que eu perca interesse.”

Esta situação, tão familiar entre nós, não pode ser algo acidental. Rabinow lembra, por exemplo, o caso de uma famosa foto de Barthes com ares de aborrecimento durante uma conferência. Estaríamos, na verdade, ante um significativo aspecto do *habitus* acadêmico neste final do século XX.

Qual é o comportamento padrão dos participantes de uma conferência? A resposta está aqui, à nossa volta. Se nos observássemos com atenção, descobriríamos uma complicada práxis corporal. Nossa maneira de interagir em grupo revela todo um léxico demarcado pela voz solitária do conferencista, pelo olhar atento da platéia e, enfim, pelo clímax sob a forma de aplausos. O intelectual é uma criatura inscrita em costumes institucionais bastante rígidos. Costumes que resultam de práticas civilizacionais de longa duração para o auto-controle e a representação do Eu.

Rabinow comenta com sarcasmo:

É necessário muito **trabalho cultural** para produzir aborrecimento penetrante e passividade interna num auditório repleto de pesquisadores. Até mesmo Roland Barthes estava disposto a seguir tais regras. (*Essays on the Anthropology of Reason*. Princeton: Princeton U. P., 1997, p. 5. Grifo meu.)

Ora, para os historiadores habituados a investigar o mundo das representações mentais, o comportamento de Barthes, dos conferencistas de La Villete e mesmo o nosso, hoje, nesta sala, tem um nome muito preciso. O “trabalho cultural” que engendra e preserva esta repetição do tédio pertence a um sistema implícito de valores, ao resíduo impensado e imemorial de certas práticas cotidianas. Ou, em uma só palavra, ao domínio das **mentalidades**.

Desse ponto de vista, é quase como se tomássemos o lugar dos personagens que estudamos. Porque seguir ritos quase indecifráveis, agir e falar segundo códigos inconscientes não era atributo apenas dos monges, feiticeiros, piratas, escravos, artesãos, prostitutas e de toda esta multidão que desfila nas fontes de outro tempo. Não. Nós — nós intelectuais, nós críticos e bem-pensantes — também temos a nossa longa duração. Também estamos sujeitos ao influxo das nossas próprias mentalidades. Mentalidades acadêmicas.

Raramente utilizamos nossos instrumentos conceituais para outro fim que não seja examinar o passado. Não é costume do historiador submeter a si mesmo e a seus colegas à análise que sabe exercitar tão bem quando se trata de seu finado objeto. Assim, na milenar instituição universitária, formalismos, hierarquias e normas de conduta tendem a repetir-se irrefletidamente. É difícil reconhecê-los, posto que vivemos tão impregnados deles.

Não obstante, às vezes, basta tomar distância para que ao menos parte do fenômeno venha à luz com surpreendente clareza. É precisamente esta a posição na qual me encontro, após cinco anos no estrangeiro. Qual não foi minha surpresa ao retornar há pouco ao Brasil e constatar uma manifestação do “mental” em estado bruto.

O achado se deu num curso de pós-graduação no departamento de Letras da USP. A certa altura da aula, por sinal muito boa, falou-se na estética de Gadamer. Repentinamente, ouvi a professora baixar seu bem empostado tom de voz para algo entre o confidente e o maroto, dizendo:

— Esta reflexão é dos anos 60. Mas no Brasil, gente, ela só está chegando agora...

A reação da classe foi imediata. Risos. Risos que não compartilhei nem compreendi. Porém, desencadearam lembranças e involuntariamente me transportaram para os tempos da minha formação na universidade brasileira. Pus-me logo a raciocinar. Se não ri é porque o chiste não fazia mais sentido para mim. Mas se me trouxe lembranças é porque seu conteúdo não me é estranho. Dali a pouco, o misto de descrença e familiaridade se tornou ainda mais agudo. Para meu espanto, o mesmo gracejo sobre as nossas “insuficiências intelectuais” se repetiria não uma nem duas, mas seis vezes. Todas provocando o infalível riso da audiência.

A repetição insistente, ensina-nos Freud, é sintomática dos comportamentos neuróticos. Trata-se da necessidade de controlar e exorcizar o trauma. Mas a cumplicidade risonha dos alunos revela outro fato psíquico muito mais perturbador. Ela trai uma dinâmica de identidade: os alunos riram porque se reconheceram no mote da professora. Porque efetivamente acreditam ocupar uma posição de fraqueza, de desalento, de dependência em relação ao que acontece “lá fora”.

É bom lembrar aqui que, nos anos 30, o jovem Claude Lévy-Strauss teria registrado a tendência oposta. Não sem ironia, observou que seus alunos paulistas conheciam a última moda da *intelligentsia* francesa melhor que ele próprio.

Obviamente o medo de não seguir a moda e a vontade de segui-la a todo custo são sintomas do mesmo mal. Complexo de inferioridade é o diagnóstico. Em conferências, salas de aula, prefácios e defesas de tese, uma crença tácita insiste em representar a produção acadêmica no Brasil como sendo incorrigivelmente atrasada. Ela não pode, segundo a crença, ser comparada em pé de igualdade ao que se passa em outras latitudes. Refiro-me àquele território semi-utópico que costumamos chamar de “Primeiro Mundo”. As pesquisas desenvolvidas nas suas bibliotecas e laboratórios são associadas a um avanço que nós, retardados, nunca poderíamos ter. Tudo se passa como se

vivêssemos em busca da metrópole perdida. Uma metrópole que pautе nossa reflexão, que nos oriente, que nos redima da inocência. Porque sem dúvida pensa **antes e melhor** do que nós.

Sabe-se que a obsessão pelo novo é típica das culturas colonizadas e seu consumo obedece a uma lógica que é peculiar ao capitalismo periférico. Porém, até que ponto esta representação corresponde aos fatos? Até que ponto somos intelectualmente subdesenvolvidos?

Para responder à pergunta, quero recorrer à comparação com o cenário acadêmico italiano. Tal escolha não é fortuita. Antes de mais nada porque se trata de uma economia capitalista central. Industrializada e rica, a Itália precisa contar com uma mão-de-obra altamente especializada. Precisa ainda de um mercado consumidor sofisticado. Educação para todos, ali, não é apenas direito constitucional. É sim a própria base sobre a qual se dá a circulação dos bens e capitais.

Mas não é só pela riqueza que a Itália se distingue do Brasil. Uma diferença bem mais importante do que esta vem à luz quando levamos em conta o seu passado. A Itália pertence a um Primeiro Mundo que jamais passou pela condição de colônia (como os EUA) nem foi metrópole de um império colonial (como a Espanha e a Inglaterra). Além disso, e aqui intervém um aspecto de particular interesse para nós historiadores, a Itália contrasta vivamente com o Brasil pelo seu extraordinário acervo artístico e arqueológico. Nada menos que metade do patrimônio histórico da Europa se encontra concentrada naquela península.

Em poucas palavras, trata-se de uma potência saturada de história, com forte identidade latina e mediterrânea. Culta, monumental e não dependente, a Itália constitui um termo de comparação verdadeiramente revelador. Em princípio, seria impossível identificar nela o complexo que acabamos de diagnosticar para o Brasil.

De fato, o que pensa o estrangeiro não parece causar angústia aos acadêmicos italianos. Como em qualquer país, também na Itália as reflexões dos outros chegam em defasagem. Ser ou não ser “atrasado”, para eles, é um dado irrelevante — e como tal não provoca riso em ninguém. O que importa mesmo é saber se a idéia em questão é pertinente.

Na verdade, o ensinamento que temos a extrair da nossa comparação nada tem a ver com o conteúdo das idéias em si mesmas. Muito mais útil é conhecer as condições nas quais elas são produzidas (ou re-produzidas). Deixemos um pouco de lado o gosto pela última moda em Paris. Ao invés de identificar tendências historiográficas, vamos examinar o que se passa nos seus bastidores.

Como funciona a vida acadêmica nesses dois países? Limito-me a apenas esboçar o caso brasileiro, porque é muito conhecido de todos. A

inserção compulsória do Brasil na globalização deixou patente, sobretudo a partir da década de 80, a carência do ensino no país. Mas o desequilíbrio da nossa sociedade é de tal ordem que o elitismo tende a se reproduzir em todas as instituições fundamentais — e a universidade está entre elas.

O resultado é uma forte demanda por quadros letrados que, não sendo satisfeita, alimenta a si mesma numa espiral crescente. Poucos felizardos saem da universidade, mas os que não chegam lá sentem cada vez mais necessidade de estudo. Daí que as possibilidades de trabalho de um profissional da área de história não se limitam à pesquisa e ao ensino universitário. Há os livros didáticos, cursos de especialização em diversos níveis, monitoria em museus, ensino na iniciativa privada etc.

Nada poderia ser mais distante da experiência italiana. Antes de tudo, é importante notar que há anos espera-se pela realização de uma grande reforma. Reforma em todos os níveis, da graduação ao topo da carreira. Os debates nos jornais são freqüentes; as características do modelo em vigor são calorosamente criticadas ou defendidas; as incertezas de graduandos e pós-graduandos em relação ao futuro é visível. Existe uma crise em curso.

Na opinião da maioria suas origens remontam à década de 70, durante os assim chamados *anni di piombo* (“anos de chumbo”). Foi quando o regime de pleno emprego e o Estado do Bem-Estar Social começaram a dar sinais de esgotamento. No plano político, a disputa entre a *Democrazia Cristiana* e os comunistas fossilizou-se. Sem encontrar canais de expressão nas instituições democráticas, os mais jovens cediam com facilidade ao apelo do radicalismo.

A tensão que daí resultaria marcou de maneira profunda a história recente da Itália. Em 1975, Fellini realizou seu nostálgico e original *Amarcord*. Era o último exemplar de uma produção cinematográfica que servia de emblema àquela realidade exuberante e bem-humorada já em declínio. A ele podemos contrapor o pesadíssimo *Salò*, de Pier Paolo Pasolini, cujas torturas sexuais parecem refletir em forma de pesadelo todo o mal-estar da cultura italiana. Logo a seguir viria, em 1978, o assassinato de Aldo Moro; e, em agosto de 1980, o atentado à estação ferroviária de Bologna, que matou dezenas de pessoas.

Enquanto isto, a universidade se transformava num dos focos preferenciais para a ação das *Brigate Rosse*. Entre as estratégias do grupo, estava a coação política contra qualquer forma de autoritarismo, verdadeiro ou presumido. Tudo o que era taxado de fascista transformava-se num alvo em potencial. Sob o *slogan* — *colpire uno per educare cento* (“bater em um para educar cem”) —, os guerrilheiros não atacavam apenas capitalistas, chefes de polícia e altos funcionários de governo. Atacavam também um setor consideravelmente menos protegido e mais numeroso: o do professor universitário.

Era o tempo da *gambizzazione* (neologismo que poderia ser traduzido por algo como “pernetização”), uma forma de justiça parcial cuja ação consistia em disparar apenas contra as pernas da vítima. Afinal, a simples imobilidade dos adversários menos reacionários bastaria para garantir a pedagogia do um-para-cem. Efetivamente o medo era grande. Estudantes ligados ou não às *Brigate Rosse* valeram-se muito dele. Tanto que exigências absurdas eram atendidas sem hesitação. Introduziu-se, por exemplo, o bizarro sistema do “exame coletivo”. As provas eram feitas e assinadas em conjunto e houve muitas aprovações em massa. O caos era tamanho que uma inteira geração de jovens assistentes acabou sendo promovida à docência praticamente sem concurso.

É precisamente esta geração que agora ocupa os postos chave na universidade italiana. Para desespero de todos, formam uma espécie de casta de intocáveis, os chamados *baroni della accademia*. Trata-se de funcionários públicos antigos demais para serem demitidos e novos demais para a aposentadoria.

Paralelamente à desordem política, o ensino superior também começava a enfrentar o problema da pressão demográfica. Tornava-se difícil abrigar uma camada estudantil cada vez mais numerosa e escolarizada, nascida no impulso de reconstrução do pós-guerra. Digo difícil de abrigar porque o sistema educacional italiano desconhece a instituição do vestibular. Partindo do princípio de que todo cidadão tem direito ao conhecimento, adotou-se ali uma política de acesso irrestrito à universidade. É o preceito do “número aberto”, pelo qual qualquer estudante munido de diploma secundário pode inscrever-se diretamente no curso de sua preferência. Num contexto social de alta escolaridade, o resultado é inevitável: superpopulação acadêmica.

O desequilíbrio, já perceptível na década de 70 e agravado nos anos seguintes, conduziu a um impasse. Hoje a universidade pública, gratuita e de massa *alla italiana* implica salas de aula lotadas, professores desestimulados, desorganização administrativa e lentidão na via-crúcis do estudante. Exames adiados sem aviso prévio, teses orientadas a distância e transtornos burocráticos são freqüentes no cotidiano acadêmico.

Os cursos, cuja duração teórica situa-se entre quatro e cinco anos, se estendem por um período muito mais longo. Não raro, se arrastam até o dobro do previsto. As tentativas de solucionar a questão são meros paliativos. Há alguns anos, por exemplo, o governo estipulou uma matrícula anual obrigatória. A taxa não é insignificante, embora aceitável para o padrão de vida italiano. Seu valor varia conforme o curso. No caso das Letras, por exemplo, ele equivale a LIT 1.000.000 (ou cerca de US\$ 600) por ano.

O intuito é evitar que os alunos sejam tomados pela inércia e desistam de enfrentar a morosidade dos ritos universitários. Porém, o fato é que esta

continua a persegui-los mesmo depois do curso já concluído. Vale a pena citar o caso de uma bem conceituada faculdade de direito que chega a entregar o diploma somente dez anos após a formatura! Assim, por irônico que pareça, o tiro da educação gratuita, aberta e irrestrita acaba saindo pela tríplice culatra da demora, da coerção tributária e do aviltamento geral da qualidade de ensino.

Para os atuais pós-graduandos a consequência de tudo isso não poderia ser mais desastrosa. Quando se metem a fazer teses, sabem que a carreira acadêmica está virtualmente fora de suas possibilidades profissionais. Pior: não podem recorrer à alternativa das obras didáticas e nem mesmo ao ensino secundário. Estamos falando de uma sociedade muito mais regulamentada que a nossa. À exceção de alguns colégios de padre, não há rede privada na Itália. Assim, em todo o país, o grosso do ensino primário e médio é dirigido a partir de Roma. Obter uma vaga no magistério requer a aprovação num exame sem periodicidade fixa e com altíssimos índices de concorrência.

Tudo leva a crer que o ofício do intelectual no país já atingiu o limite. Aliás, como é fácil imaginar, isto também se reflete no *habitus* acadêmico. A passividade e a acomodação às regras de que nos fala Rabinow não se restringem mais ao nível das representações mentais. Em muitos casos, elas vêm se tornando parte de um jogo abertamente político, pois, num contexto onde fartam diplomas, o bom *curriculum* (títulos, estágios no estrangeiro, publicações) nunca é longo o suficiente. Obter as melhores posições profissionais significa sujeitar-se a um sistema mais ou menos lícito de troca de favores.

A imagem clássica do estudante que carrega a mala do professor é bastante conhecida entre eles. Seu corolário é o assistente que gerencia o aspecto formal do docência, aplicando provas e corrigindo trabalhos em nome do titular. Precário e mal-remunerado, este limbo que antecede a carreira é o destino dos recém-doutorados. Um destino que pode perdurar anos, já que não há garantias de qualquer espécie. A salvação, se vier, acontecerá no velho estilo clientelar, por meio do acordo entre padrinhos.

CONCLUSÃO SÁBIA E INSENSATO ARREIMATE

Eis que os colegas italianos não conhecem o nosso sentimento de inferioridade. Não sabem o que é vir de uma nação forjada na margem. Não sabem o que é pensar a própria história sem encontrá-la espetacularmente materializada nas torres, nos afrescos, nos becos tortuosos, nos mármore, no panorama pontuado de ruínas. Em compensação conhecem um paradoxo. Na Itália contemporânea, a abundância do patrimônio histórico é inversamente proporcional às perspectivas de trabalho dos seus historiadores.

O Brasil, ao contrário, experimenta o subdesenvolvimento. Por conta disto, é inegável que nossa produção intelectual traga a marca de problemas

infra-estruturais. O corte de verbas do atual governo, o empobrecimento das universidades e as restrições em termos de bibliotecas e arquivos nada têm a ver com mentalidades. São fatos perfeitamente reais e tangíveis contra os quais devemos lutar.

Mas não é difícil perceber que, muitas vezes, acabamos sendo vítimas de nós mesmos. Ao menos é o que fica claro quando passamos do palco para os bastidores da historiografia. O que a comparação com o italiano revela é uma série de fobias intelectuais ligadas à idéia de atraso. Atraídos pela metrópole perdida, tendemos a estabelecer uma economia simbólica entre centro e periferia que apenas reitera a representação da nossa dependência.

Já a Itália atravessa dificuldades estruturais de ordem completamente diversa. A seus acadêmicos não faltam fontes e menos ainda tradição própria. Falta-lhes trabalho. Desprovida de sentido, a nossa angústia é substituída por outra. Sai a dependência, entra a impotência. Todo um novo *habitus*, fundado na espera e no arbítrio, está permeando aquele cotidiano acadêmico.

Tomar consciência de coisas como essas pode causar um inesperado sentimento de pesar. Quase mesmo — quem diria? — de compaixão. Todavia precisamos evitar que, recalcada, nossa dependência não volte sob a forma de um ufanismo ingênuo e empobrecedor. Itália e Brasil representam duas realidades discrepantes e problemáticas. Enfim, para retomar o versículo que escolhi como epígrafe, tanto nós quanto eles temos luz e trevas. Ainda assim, ambos partilhamos a sorte, boa ou má, de escrever história.

Por isto, talvez coubesse propor ao paralelo um arremate sabiamente insensato. Não nos iludamos. O mesmo complexo de inferioridade que embaraça também protege. Se de um lado não nos dá firmeza para afirmar o vigor daquilo que efetivamente produzimos, de outro consola-nos por não produzir o que gostaríamos. Ocorre que o mecanismo psicológico, uma vez desvendado, começa a perder eficácia. É quando nos damos conta do teor irrefletido da nossa mentalidade acadêmica. “Centro”, “periferia”, “subdesenvolvimento” e “dependência” não podem mais responder por uma historiografia da qual somente nós somos os responsáveis.

Ousemos então a prudente loucura de romper com o nosso próprio *habitus*. Ele, que tem sido constitutivo da nossa identidade, é também parte de nossos males. Abandonemos de vez a autocompaixão e encaremos o óbvio. Aqui como em toda a parte, Clio dá a inspiração conforme o prosador.

São Paulo/Maringá, setembro de 1999